

# HÁ CONSENSO NACIONAL SOBRE RELAÇÕES COM RPM

— Presidente Ramalho Eanes a jornalistas moçambicanos

*por Aquino de Bragança e Carlos Cardoso*

O Presidente de Portugal, General António Ramalho Eanes, disse que «há um consenso nacional sólido empenhado no reforço das nossas relações com Moçambique». O Chefe do Estado português falava no decurso de uma entrevista que concedeu a Aquino de Bragança, Director do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, e a Carlos Cardoso, Director da Agência de Informação de Moçambique. A entrevista surgiu a propósito da próxima visita do Presidente Samora Machel a Portugal que, como já foi anunciado, terá lugar a partir do dia 7 deste mês.

É o seguinte o texto integral da entrevista:

**PERGUNTA** — Senhor Presidente, é opinião dos mais variados círculos políticos portugueses e moçambicanos que as relações entre Moçambique e Portugal atingiram um nível de norma-

os dois povos desejam e que os seus interesses, em boa verdade, justificam.

**P.** — Na sua visita a Moçambique, em 1981, e noutras ocasiões, o Senhor

histórica do processo da descolonização ainda alimentará, e julgo que por algum tempo, a expressão de posições diversas. Contudo, é justificado considerar-se que há um largo con-



*O Presidente português Ramalho Eanes com Aquino de Bragança (à esquerda), no decorrer da entrevista (Foto de Carlos Cardoso)*

lização. Como uma das figuras que mais contribuiu para essa normalização como vê o futuro dessas relações, que novos conteúdos espera poderem elas vir a adquirir?

**RESPOSTA** — A normalização política das novas relações está efectivamente conseguida e em condições que permitem olhar para o futuro com bastante confiança.

No entanto, o maior desafio coloca-se na tradução dessa normalização política em acções concretas de cooperação que, no quadro do interesse mútuo, permitam dar plena expressão à nossa vocação de entendimento e ao conhecimento que temos das nossas respectivas oportunidades. Neste domínio, nem tudo depende de nós, na medida em que a crise económica internacional coloca algumas dificuldades à execução de programas de desenvolvimento, designadamente na disponibilidade de meios financeiros. Mas também são essas dificuldades que impõem o reforço na nossa coordenação de esforços conjuntos. Acredito que essa coordenação de esforços conjuntos possa permitir superar algumas das dificuldades, e permita que a cooperação ganhe a dimensão que

Presidente utilizou o termo «relações privilegiadas», quando se referia ao relacionamento entre os dois países. Que latitude empresta a esse termo?

**R.** — Entendo as nossas «relações privilegiadas» na maior latitude possível, na medida em que o conhecimento mútuo que une os nossos dois povos e a vontade de entendimento que caracteriza as autoridades dos nossos dois países justificam a superação de quaisquer obstáculos que possam surgir na evolução das nossas relações.

Em síntese, existe um conteúdo importante no passado histórico dos dois povos em que é possível alcançar um relacionamento especial que, em boa verdade, justifica e impõe também essas «relações privilegiadas», relações privilegiadas que, como disse, são, em meu entender, impostas também pelos interesses dos dois povos no respeito natural da soberania de cada um pela soberania do outro.

**P** — Acha, Senhor Presidente, que existe hoje em Portugal um consenso nacional quanto às relações com Moçambique?

**R** — Eu creio que a interpretação

senso no povo português quanto à necessidade e quanto à justificação da descolonização.

Há, em meu entender, sobretudo, uma consciência clara de que importa olhar para o futuro, estabelecendo, pelos resultados práticos, a confirmação das vantagens mútuas que este novo relacionamento, entre o povo português e o povo moçambicano oferece.

Poderá haver ainda algumas posições divergentes a esta linha política, mas elas não se traduzem em forças com significado, seja no plano eleitoral, seja no plano das posições partidárias, ou mesmo no plano das posições institucionais. Neste sentido, não tenho dúvida em afirmar que há um consenso nacional sólido empenhado no reforço das nossas relações com Moçambique. E, não tenho dúvida em afirmar que, à medida que a cooperação avançar, maior será a aceitação global desta nova realidade conjunta, maior vai ser o empenhamento nacional português no desenvolvimento da cooperação com o Estado de Moçambique.

**P** — O Senhor Presidente vai em breve visitar os Estados Unidos da América (visita já efectuada, na se-

gunda metade de Setembro). O relacionamento de Portugal com Moçambique e com as outras ex-colónias portuguesas, assim como o posicionamento de Portugal face à situação na África Austral, serão temas que tenciona debater com as autoridades norte-americanas?

R. — É natural que esses temas sejam referidos, na medida em que Portugal tem a especial capacidade de compreender os pontos de vista em presença nessa área, podendo assim, de algum modo, contribuir para um melhor entendimento e para um progresso mais rápido na resolução das questões que aí se manifestam.

Porém, a nossa atitude é de rigorosa não ingerência nos assuntos internos dos outros países, pelo que apenas poderemos oferecer o nosso contributo na forma da nossa apreciação dos problemas.

Outros modos de participação só serão possíveis no quadro de uma solução global destas questões e, naturalmente, se para isso formos solicitados por todas as partes relevantes, sendo conhecida a nossa inteira responsabilidade para a colaboração aberta neste sentido.

P: — Portugal tem tomado uma posição diferente da dos Estados Unidos no que concerne à situação em Angola e na Namíbia. O Senhor Presidente tem, por diversas vezes, mantido a posição de que a presença cubana em Angola não é assunto que deve ser trazido para a mesa das negociações sobre a Namíbia. De que maneira é que Portugal, como membro da OTAN, pode influenciar a posição de outros países membros da OTAN no que diz respeito a esta questão?

R: — Realmente, no plano formal da Resolução 435 das Nações Unidas sobre o problema da Namíbia não está incluída nenhuma consideração sobre a presença de tropas cubanas em Angola, que é um problema que tem, naturalmente, a ver com a soberania angolana.

Contudo, a realidade é que tanto no plano político como no plano militar continua a ser estabelecida uma ligação entre estes aspectos e uma solução global para toda a África Austral que permita a paz e a prosperidade a toda a região. Penso, realisticamente, que é no quadro deste objectivo amplo, de efectiva segurança e de real desenvolvimento que todas as questões de pormenor poderão ser resolvidas.

No entanto, importa referir e esclarecer que a OTAN não tem nenhuma interferência directa nesta problemática. A contribuição de Portugal para o seu esclarecimento realiza-se no quadro do nosso conhecimento especial da região, dos seus problemas e até das suas aspirações, e manifesta-se nas relações normais que estabe-

lecemos com os países que podem contribuir para uma solução positiva, parcial ou global, para estas questões. Repito o que disse há pouco. Também aqui a disponibilidade portuguesa é completa para participar, na medida das suas possibilidades, e na medida das solicitações que lhe forem apresentadas, para a solução desta importante questão para a África Austral.

P: — Alguns círculos políticos em Portugal argumentam que o país não pode assumir uma posição mais activa na luta anti-apartheid porque o governo de Pretória poderia vir a praticar retaliações contra as centenas de milhares de portugueses que vivem na África do Sul. O que é que pensa deste argumento?

R: — Penso que é um temor justificado, mas emotivamente justificado. Os portugueses que trabalham na África do Sul constituem um grupo importante que, naturalmente, será tratado pelo governo da África do Sul com o cuidado que merece.

Acrescentaria que o governo da República da África do Sul é, no entanto uma das partes intervenientes nas questões que se colocam nesta região e a sua posição não pode deixar de ser considerada por quem queira trabalhar seriamente numa solução global, segura e estável. Por isso mesmo, Portugal não pode deixar de ter em conta o significado das suas posições, o que não impede, naturalmente, que procuremos expressar os nossos pontos de vista, nomeadamente em relação ao apartheid, e com as necessárias justificações, sobretudo, as justificações que se reportam aos princípios. E será natural que consideremos o papel que as comunidades de portugueses nesse país como nos outros países da região, podem desempenhar na procura de soluções de paz e de cooperação.

P: Moçambique e Portugal têm vindo a cooperar no campo militar, sendo opinião geral que este relacionamento é exemplar e indicativo de uma amizade frutuosa entre os dois povos e forças armadas dos dois países. Acha, Senhor Presidente que o factor militar poderá ser importante no futuro das relações com Moçambique?

R: — Penso que a cooperação militar é também um campo necessário dos programas globais de cooperação e que, na fase actual, é até dos que podem evoluir mais rapidamente. Naturalmente, a existência desta forma de cooperação é, por si só, um sinal claro de amizade e da confiança que liga os nossos países. Mas será também contributo positivo para a segurança na área, ajudando assim a criar bases seguras para o nosso futuro.

Diria, pois, que na preocupação geral de cooperação que deve existir entre os dois países, a componente militar é apenas uma das componentes mais não deixa naturalmente de ter, como componente que é, uma certa importância.